

O POSTAL



CÉLULA DOS TRABALHADORES DOS CTT  **PCP**

CONTACTA-NOS: lisboa@dorl.pcp.pt • Centro de Trabalho Vitória, Av. Liberdade, 170 1250-146 Lisboa

Desvalorização salarial

Os milhões ficam para os accionistas, para os trabalhadores só migalhas!

Desvalorização salarial, crescente falta de trabalhadores, precariedade, aumento da penosidade do trabalho e degradação das condições laborais. É esta a triste realidade para quem trabalha nos CTT.

Os CTT fecharam os primeiros primeiros 9 meses de 2024 com um resultado líquido de 27,8 milhões de euros. O segmento de Expresso e Encomendas continua a suportar o crescimento das receitas dos CTT, tendo mais do que compensado a menor procura por certificados de aforro no primeiro semestre. Os rendimentos de Correio tiveram um crescimento de 3,6%.

Os CTT privados continuam a encher de milhões os bolsos dos accionistas e a aumentar principescamente os salários à Administração e a alguns quadros próximos, enquanto não são devidamente valorizados os dos trabalhadores e trabalhadoras que produziram tamanha riqueza, havendo trabalhadores com 20 anos de casa a ganhar pouco mais que o SMN.

A Administração queixa-se que os gastos com o pessoal cresceram numa empresa onde os salários dos trabalhadores têm vindo a ser degradados, em que apesar dos 66% de aumento dos lucros em 2023 (60.5 Milhões €),

os aumentos médios para este ano rondaram apenas cerca de 7%, diminuindo o poder de compra dos trabalhadores dado o aumento brutal do custo de vida (principalmente dos bens essenciais) e da inflação.

No entanto, a Administração não se queixa que a Retribuição Base Anual do CEO (presidente) seja de 510 mil euros (fixos), a crescer depois uma Retribuição Anual Variável na base de diversos critérios (cujo montante pode atingir mais umas centenas de milhar de euros), um Plano poupança reforma (10% sobre a retribuição - 51 Mil euros), distribuição de lucros extra retribuição variável no valor de muitos milhares de euros.

O equivalente à remuneração de 44 novos trabalhadores, a 21 TNGs ou 26 CRTs no topo da carreira, salários que a maioria dos trabalhadores não atingirá atendendo à política de remunerações levada à prática nos últimos anos (nomeação).

Se juntamos a massa salarial dos restantes administradores, o salário da Administração é igual ao de 175 trabalhadores.

Os trabalhadores dos CTT estão fartos de migalhas! Precisam e merecem aumentos salariais justos que valorizem o seu trabalho e reponham o poder de compra!

lisboa.pcp.pt

Distribuição do Express Mail (EMS)

CA pretende retirar dos CDP

A partir de 2016, uma grande parte do EMS passou a ser distribuído pelos CDP. Esta transferência foi feita sem, previamente, assegurar as condições logísticas (instalações, transportes e equipamentos, devidamente dimensionados para as características – peso e volume – dos objectos a distribuir) e sem dotar os CDP do número necessário de carteiros.

Em consequência, verificaram-se variados constrangimentos operacionais e, sobretudo, inúmeras situações de sobrecarga dos carteiros, resultando na perda de qualidade do serviço prestado.

Apesar desta forma, digamos, precipitada e atabalhoada, a medida foi positiva, embora esteja ainda muito longe da optimização que se impõe. Uma das vantagens desta integração, para além da racionalização de meios, foi permitir que os giros não se tornassem tão extensos, fruto da redução do número de correspondências e, dessa forma, não fossem tão desgastantes para os Carteiros do ponto de vista físico.

Inesperadamente, chegam agora notícias de que a administração dos CTT pretende reverter a medida, fazendo regressar essa distribuição à CTT Expresso.

É sabido que, na CTT Expresso, a maior parte dessa distribuição é assegurada por sub-contratados que, por sua vez, na maioria das vezes, recorrem a trabalhadores precários – contratados a prazo, trabalho temporário, recibos verdes, etc. Para além de ser uma má

medida do ponto de vista operacional, terá como consequência o aumento da precariedade laboral na CTT Expresso e a prevalência de baixos salários e desrespeito pelos direitos elementares dos trabalhadores que irão assegurar essa distribuição.

Nos CDP as consequências serão, também, gravosas do ponto de vista social:

- desde logo, é evidente que num cenário de decréscimo constante do número de correspondências, **os giros de distribuição passarão a ser mais extensos** (já hoje, há giros apeados com 15 Km e mais!);
- acentuar-se-á **o aumento dos ritmos e sobrecargas de trabalho com consequências graves para a saúde e integridade física dos Carteiros**;
- ficarão **em perigo muitos postos de trabalho**, correndo os trabalhadores o risco de se verem alvo de processos generalizados de tentativas de despedimento;
- **aumentará a pressão sobre os trabalhadores com limitações** determinadas pela Saúde Ocupacional para executarem tarefas que não podem ou, o mais provável, para aceitarem o despedimento;

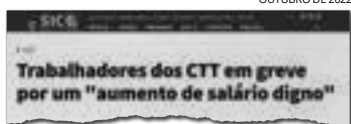
Esta é uma medida extremamente perigosa que urge combater. Os trabalhadores, apoiados pelas suas organizações representativas, estamos convictos, saberão encontrar formas de lutar contra ela, defendendo os postos de trabalho e os seus direitos.

Nós, comunistas, como sempre, lá estaremos na linha da frente dessa luta.



Os baixos salários, a precariedade e a penosidade do trabalho têm afastado trabalhadores da empresa.

OCTUBRO DE 2022



A administração queixa-se que não consegue empregar, mas devia reconhecer que não consegue contratar pelo baixo preço que estão disposto a pagar.

Os grandes salários estão reservados para a administração



Cada vez mais, cresce a indignação nacional contra a privatização

Multiplicam-se as vozes que exigem a imediata reversão da privatização dos CTT



Entre as queixas mais frequentes estão atrasos nas entregas de correio, vales de pensões, desalfadegamento e demora nas resoluções de diversos outros problemas

Qualidade do Serviço Postal – novos indicadores

Dos 24, ficam 7!

Para a administração dos CTT, O “CRIME” COMPENSOU!

Tem sido público e notório o incumprimento ostensivo e deliberado, por parte da administração dos CTT, dos indicadores de Qualidade do Serviço (QS) Postal Universal a que está obrigada por força do contrato de concessão que celebrou com o Estado.

Após a privatização, em regra, não cumpriram, sistematicamente, as suas obrigações, falhando, com excepção de um ou outro indicador, todos os objectivos de QS.

Esse desempenho nunca mereceu qualquer assunção de culpa da parte do CA dos CTT. Pelo contrário, foram sempre afirmando que os objectivos, que, livremente, acordaram com a ANACOM, eram excessivos e desajustados. O mal que daí lhes adveio foi praticamente nulo.

Ao invés, o anterior governo compadeceu-se com as “dificuldades” do CA dos CTT e chamou a si a responsabilidade final das medidas a tomar sobre a matéria. Essas medidas foram... NENHUMAS!

O governo actual não fez melhor. Decidiu reduzir para menos de um 1/3 os Indicadores de Qualidade de Serviço – de 24, passaram para 7! – que os CTT terão de cumprir a partir de 2025.

Digam lá se, para a administração, o “CRIME” compensa ou não!

Mesmo com esta prenda, o CA dos CTT vai continuar a fazer tábua rasa das suas obrigações porque sabe que “o seu mal será batatas”! Vai continuar a não dotar as áreas operacionais, sobretudo na Distribuição, dos trabalhadores necessários, aumentando a sobrecarga dos existentes, e a não cumprir com as suas obrigações contratuais.

Exige-se medidas rigorosas para obrigar a administração dos CTT a cumprir escrupulosamente o Contrato de Concessão!

O Estado – Governo e ANACOM – tem a obrigação de garantir a prestação de um serviço público e universal com a qualidade devida aos cidadãos e a todas as entidades que dele necessitam.



O PCP REAFIRMA

É um imperativo nacional que se inicie o processo de recuperação do controlo público do serviço universal postal

Nacionalizar os CTT É A ÚNICA OPÇÃO!

Degradação das condições de trabalho

Agora... a mobilidade!

Desde a privatização, os trabalhadores dos CTT vêem as suas condições de trabalho deteriorar-se ano após ano.

A gestão privada dos CTT, a fim de satisfazer a gula accionista e promover a destruição do serviço público postal, delapidou quase todo o inestimável património herdado do Estado, aumentou preços, afastou a rede postal das populações.

Para os trabalhadores, as consequências são arrasadoras: degradação constante das condições de trabalho, falta de pessoal, sobrecarga e aumento dos ritmos de trabalho, ameaças e perseguições aos trabalhadores, degradação do IOS e aumento dos encargos de saúde associados ao subsistema... e mais recentemente o papão da "mobilidade" e as tentativas de despedimentos encapotados!

Só a luta e resistência dos trabalhadores têm impedido males maiores.

As lutas nacionais pelos salários e em defesa da IOS, assim como as levadas a cabo em diversos locais de trabalho contra a falta de pessoal e as más condições existentes, sendo exemplos a falta de limpeza ou o frio que se faz sentir em alguns destes locais, comprovam que os trabalhadores estão prontos para defender os seus direitos e o serviço público postal de qualidade.

O Partido Comunista Português saúda e apoia a força e a determinação dos trabalhadores dos CTT nas suas lutas pelo direito a uma vida digna, pela valorização do salário, por melhores condições de trabalho, pela contratação dos trabalhadores em falta e pela redução do horário semanal de trabalho.

Orçamento do Estado 2025

Para os grupos económicos tudo... e para o povo!?

Para os grupos económicos e financeiros:

250 milhões na descida do IRC

1800 milhões em benefícios fiscais

1538 milhões em PPP

50% do Orçamento da saúde vai para grupos privados

E para os trabalhadores e povo?

Salários baixos, mais um ano de dificuldades nas condições de vida, na habitação mais especulação e aumento das rendas, zero reforço de trabalhadores para o SNS e outros serviços públicos.

É este orçamento do governo PSD/CDS que o PS decidiu viabilizar, que o Chega se apressou a estender a mão caso fosse necessário e que a IL só critica porque queria mais e pior. Este é o orçamento de quem está comprometido com os grupos económicos e não com os teus direitos e a tua vida.

O PCP vota contra este OE.

O que o país precisa é:

- aumento geral dos salários (15%, no mínimo 150euros); Salário mínimo para 1000€ já;
- aumento das reformas (5%, no mínimo 70€);
- direito à habitação, com redução dos custos de rendas e prestações aos bancos - e aumento da oferta pública. Pôr os lucros da banca a suportar o aumento das taxas de juros;
- regular e controlar os preços da alimentação, combustíveis e reduzir o IVA da electricidade, gás e comunicações para 6%;
- defesa e reforço dos serviços públicos;
- eliminação dos benefícios fiscais para as grandes empresas e grupos económicos e a tributação dos lucros gerados em Portugal.



ADERE AO PCP